

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO

Casa da Cultura de Melgaço

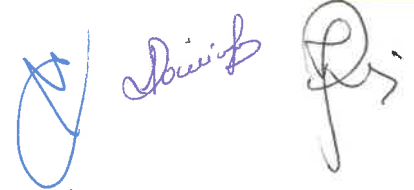
Sessão Ordinária nº 20
de 19 - 12 - 2020

Mesa da Assembleia Municipal		
Nome do Membro	Cargo	P/F
Maria de Fátima Teixeira Pereira Esteves	Presidente	P
António Manuel Domingues	1º Secretário	P
Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues	2º Secretário	P

Membros Eleitos	P/F	Presidentes de Juntas de Freguesia	P/F
José Albano Esteves Domingues	P	Diogo Domingues Ribeiro F. Castro	P
Manuel Luís Domingues Gonçalves	P	José Carlos Gonçalves	P
Maria Aurora Soares Alves a)	P	David Manuel Barbeitos	P
Paulo José de Castro Cerdeira Rodrigues	P	José Luís Douteiro	P
Sónia Andreia Alves Durães b)	P	Agostinho Alves	P
Ariana Andreia Rodrigues Fernandes	P	Amado Dias	P
Carlos Alberto Codesso	P	Edgar Fernando Barreiros Rodrigues	P
João Francisco Domingues Gonçalves c)	P	José da Ascensão Afonso	P
Carla Maria esteves Lima	P	Alfredo Domingues	P
Tiago José Baleixo Lourenço	P	Amadeu Esteves	P
Manuel António Fernandes	P	Marco Nelson Enes Afonso d)	P
Carla Sofia de Abreu	F	Maximiano José Calheiros Gonçalves	P
António José Gomes Nabeiro	P	Maria de Fátima Rodrigues Sousa Táboas	P
Vânia Cristina Barros Faria Dantas	P		
Pedro João Mendes de Sousa e Silva	F		
Alexandra Cláudia de Sousa Táboas	P		
António Joaquim Sousa	P		
Paulo Jorge Azevedo	F		

P-Presença F-Falta

- a) Substitui Jorge Renato Vieira Ribeiro
- b) Substitui Catarina Aurora Rodrigues Mira
- c) Substitui Francisco José da Cunha e Silva Reis Lima
- d) Substitui Ricardo Jorge Alves



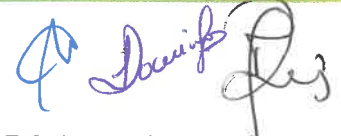
Quando eram dez horas, a Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. O primeiro secretário procedeu à chamada dos membros desta Assembleia, tendo faltado os deputados: Carla Abreu; Pedro Silva e Paulo Azevedo.

A Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata, da reunião de 29 de setembro. Pediram a palavra os deputados Manuel Fernandes e deputado José Albano Domingues.

O deputado Manuel Fernandes referiu que na reunião de junho ninguém tinha ouvido nada sobre a promessa do Sr.º Presidente, em relação à requalificação da Rua da Oliveira, mas afinal parece que alguém ouviu alguma coisa e foi feita a retificação da ata de 26 de junho 2020. Antes da retificação o que estava escrito era, “numa próxima intervenção tratar-se-á da requalificação dessa rua”, depois da retificação da ata, o que ficou escrito foi o seguinte:” no próximo ano tratar-se-á da requalificação dessa rua”, a palavra tratar-se-á é apenas futurologia, nem é sim, nem é não, mas para ele o assunto fica aqui encerrado. Assim sendo, não falará mais na Rua da Oliveira e acrescentou que nunca pediu a requalificação total da mesma. Esclareceu que apenas solicitou que fossem arranjados os passeios e a retificação do piso onde estava mais danificado. O que espera é que essa rua seja toda bem limpa, o que não tem acontecido com a regularidade devida e, tratado o pavimento de forma a que a erva não cresça. Considera que não está a exigir nada de mais porque também paga o IMI pelo mesmo índice de localização da Praça da República.

Seguidamente fez uso da palavra o deputado José Albano Domingues que começou por dizer que “não tem prazer absolutamente algum em estar a maçar as senhoras e senhores deputados desta Assembleia com estas notas e pedidos de correção, mas continua a não perceber como se consegue alterar tanto (em alguns casos, ou quanto às intervenções de alguns deles) aquilo que aqui foi dito. Aliás, lendo a Ata, e em muitas passagens referentes às suas intervenções, confessa que não conseguiu perceber o que está escrito. Parece, até, que a Ata não é toda feita pela mesma pessoa, ou feita, a espaços, por quem não nos esteve a ouvir (mas será, seguramente, e apenas, impressão minha). Na Ata de que vos falo é perfeitamente perceptível o que disse a senhora Presidente da Mesa, o que disse o senhor Presidente da Câmara (nota-se, até, um cuidado na clareza da escrita, e na pontuação), a reprodução, fiel, do texto lido pela deputada Manuela Lobato, e as intervenções de outros deputados. Já o mesmo se não verifica noutros casos. De seguida questionou se será ele que não se faz entender. Entende que há que ter brio no nosso trabalho, na função que aqui estamos a desempenhar. E mais complicado de aceitar são estas confusões tendo presente o facto de solicitado para tal, e com absoluto espírito de colaboração com a Mesa, fornecer habitualmente as suas notas para auxiliar na elaboração da Ata, e depois ver que é como se não o tivesse feito (ou em contrariedade com o que disse ou escrevi). E isto, entenda-se, é brincar com o seu trabalho.

De seguida passou a referir as sugestões de alteração da ata.



No assunto nº 169 (Período de Antes da Ordem do Dia”): Página 4 (da Ata) - primeiro parágrafo: na menção da inscrição dos deputados para intervir falta a identificação de vários deputados, designadamente o Diogo Castro, a Sónia Durães, o Jorge Ribeiro e eu próprio, José Albano Domingues; Página 13, linhas 3: Ficou a constar que “não podemos querer ter a pretensão de condenar seja política ou socialmente um deputado da oposição, por estar a fazer o seu trabalho, nem muito menos apresentar uma moção de censura”; quando o que se disse foi: “não se me afigura correto que um deputado do PS venha para esta Assembleia pôr em causa a atuação do deputado Pedro Silva, tenha este agido como eleito ou enquanto cidadão, em jeito de moção de censura, o que, claramente, lhe não é permitido. Página 13 da Ata (linhas 9 e 10) consta: “Não fica bem, esta colagem que se quis fazer, porque daí se quis tirar dividendos e aproveitamento do senhor deputado à oposição” .O que, na realidade, se disse foi que se quis tirar dividendos políticos desta situação, fazendo a colagem da ação do senhor deputado Pedro Silva à Oposição. Página 13 da Ata (linhas 16, 17 e 18) – “Acrescentou ainda que haverá pessoas que não se sentem cómodas ao saber que elas ou quem as rodeia vem para o conhecimento público porque estão infetadas ou condicionadas”. O que se disse foi: não nos podemos esquecer que haverá pessoas que não se sentem cómodas ao saber que vem para o conhecimento público que elas, ou quem as rodeia, estão infetadas. Página 13 da Ata (linhas 26, 27, 28 e 29) – “Porque as pessoas, turistas, quem saem da sua residência para passar uns dias de férias deslocalizadas dos grandes centros, Alentejo, Lisboa Algarve para zonas mais recônditas, mais rurais”. A frase está incompleta e disse-se “quando saem” e não “quem saem”. Página 13 da Ata (linhas 29 e 30) - “Nós não podemos permitir que o Covid persista”. O que eu disse foi: “nós não podemos querer que a desgraça persista.” Página 14, linhas 6: Não é “valores climatéricos no nosso concelho”; É, antes: “rigores climatéricos no nosso concelho”. Página 17 – linhas 7, 8 e 9: “Todo o mundo fica sensível por se chamar à atenção a quem vem ao ataque. Mas o Sr. ° Pedro Silva tem que se calar por se atacado todos os dias, nas redes sociais”. O que se disse foi: “Todo o mundo fica muito sensível por se fazer uma chamada de atenção a quem vem para aqui atacar o senhor deputado Pedro Silva, mas o senhor deputado Pedro Silva tem que se calar mesmo sendo atacado todos os dias nas redes sociais”. Assunto nº 177 (“Proposta da Bancada do PS, de implementação do Projeto “Jovem Autarca”) – Página 35 da Ata, antepenúltima e penúltima linhas: Onde consta: “Se o jovem em causa vai seguir toda esta gravitação, que nós temos num processo eleitoral...” deverá passar a constar “se o jovem em causa vai seguir toda esta tramitação, que nós temos num processo eleitoral...”

Já com as alterações propostas pelo Deputado José Albano Domingues a **Ata foi aprovada por maioria, com 1 voto contra do deputado Manuel Fernandes e 1 abstenção da deputada Sónia Durães.**

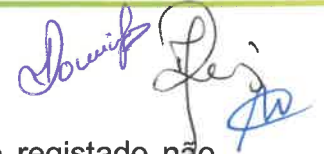
Seguidamente a Presidente da Assembleia colocou a apreciação a proposta de ata, da reunião extraordinária de 13 de outubro e não havendo intervenções, a mesma foi posta à votação, tendo **a Ata sido aprovada por unanimidade.**

Assunto nº183	Período de “Antes da ordem do dia”;
----------------------	--

Aberto este período de “antes da ordem do dia”, pela Presidente da Mesa da Assembleia, procedeu-se à inscrição dos deputados para o uso da palavra. Tendo-se inscrito Manuel Luís Gonçalves, Manuel Fernandes, Zé Albano Domingues, Maximiano Gonçalves, Amado Dias, Paulo Cerdeira e Diogo Castro.

A Sr.^a Presidente da Assembleia Municipal começou por dar a palavra ao deputado Manuel Luís Gonçalves, que começou a sua intervenção desejando a todos votos de uma quadra festiva feliz. Prosseguiu referindo que estas festas vão infelizmente ser assombradas pela pandemia que teima em não nos deixar e que nos irá afetar a todos nesta restrição de direitos fundamentais a que temos vindo a assistir, mas que são necessárias. Infelizmente a pandemia parece que não está a dar tréguas, a evolução tem tido altos e baixos e, em particular na zona do Vale do Minho, a situação tem vindo a piorar. A região somou esta sexta-feira 56 novos casos de infeção pelo coronavírus, sendo que neste momento há 2025 casos confirmados desde o início da pandemia. A exceção a esta regra parece ser apenas Valença e Melgaço. Valença tem vindo a melhorar, seguindo agora com 553 casos confirmados e 48 ativos. E Melgaço felizmente conta apenas 1 novo caso de Covid e mais 3 recuperados. Melgaço tem agora 170 casos confirmados, sendo que destes 8 estão ativos. Temos 149 casos recuperados e temos a lamentar 13 óbitos que se encontram registados. Esta situação permite que o nosso concelho passe de risco elevado para moderado e dessa forma apenas obedece às determinações de ordem nacional. Temos felizmente a vacina à porta, estando aprovadas as da Pfizer e da Moderna. O Plano Nacional de Vacinação está a ser neste momento ultimado. Em todo o caso, gostaria de questionar o Sr. Presidente da Câmara sobre os dados da evolução da pandemia no concelho de Melgaço, que medidas é que tem vindo a ser implementadas ou desenvolvidas para o combate à pandemia, e em particular, se em termos de assistência à população por parte do Centro de Saúde de Melgaço, se houve ou não evolução, nomeadamente quanto ao atendimento, que foi alvo de bastantes críticas por parte da população e também nesta assembleia.

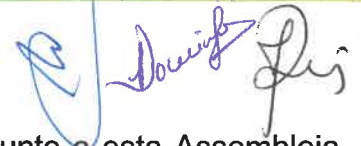
Seguidamente usou da palavra o deputado Manuel Fernandes que começou por referir-se. à iluminação de Natal, que tem um custo segundo a Base Gov, de próximo de 40.000€. Na sua opinião, num ano atípico com uma pandemia gravíssima, com as pessoas a sair de casa só para o essencial, era muito mais útil gastar esse dinheiro deduzindo o pagamento da água ao 1º escalão e aí sim, seria um presente de natal para todos os melgacenses e residentes. Acrescentou que no início da pandemia foi prometido tudo e mais alguma coisa, incluindo que não eram suspensos os bens essenciais ou de primeira necessidade, mas o problema agravou-se a seguir, quando algumas pessoas se esqueceram de pagar, por exemplo a água. Exemplificou com um caso que teve conhecimento de uma fatura de água do mês de fevereiro deste ano, em que a pessoa em causa recebeu com certeza a carta registada a solicitar o



pagamento da água, mas como nas atuais circunstâncias, o correio registado não necessita de assinatura, a pessoa em causa esqueceu-se de pagar a água referente a esse mês. Sucedeu que no mês de setembro deste ano deslocou-se ao local o funcionário mandatado para cortar a água e a Sr.^a em causa estava em casa e pediu ao funcionário que não lhe cortasse a água que ela vinha pagar naquele momento. O funcionário disse, com razão, que a ordem era para cumprir e cortou a água. A Sr.^a telefonou para a filha que vive em Braga a contar-lhe o sucedido, e ela entrou de imediato em contacto comigo para eu ir aos serviços municipais pagar a água e a taxa de ligação. O Deputado deslocou-se de imediato aos serviços municipais e pagou a respetiva dívida e quatro horas depois foi-lhe restabelecido o abastecimento de água. O Deputado considerou tudo isto lamentável, sobretudo porque a água é um bem essencial para viver. O funcionário devia ter ordens superiores para que, no caso de as pessoas em causa se prontificarem a pagar de imediato a fatura da respetiva dívida em causa, devia ser suspenso o corte e não se deveria aplicar a taxa de ligação, que tem um custo de quase 30.00€, que na maioria dos casos é superior ao valor da dívida ou seja, o consumo da água. Tem ouvido o Presidente referir que é proibido o consumo de água não pública. Se a água é um dos bens mais essenciais para sobreviver, como é possível deixar as pessoas sem água, mas a seguir há milhares de euros para festas. No mês de setembro houve uma prova desportiva TransPeneda-Gêres, corrida dos quatro castelos, com um custo com IVA incluído muito próximo dos 25.000€. Sublinhou que para festas não falta dinheiro, mas não é possível esperar duas horas para que uma pessoa que não tenha pago a água, ser sujeita ao corte e posterior ligação que são quase 30.00€. Para concluir este tema referiu que se o Presidente pensa desenvolver o concelho com festas e turismo está muito enganado, e a prova disso é que já vai quase na parte final do segundo mandato e o desenvolvimento está cada vez pior. A prova está à vista dos olhos, basta olhar para a nossa vila e o concelho no seu todo. Quem conheceu Melgaço há quatro décadas e compara com a atualidade é uma desilusão total.

Prosseguiu constatando que o problema da espera dos utentes no exterior do Centro de Saúde, a qualquer intempérie, de momento está resolvida, e por esse facto devemos congratular. Mas os mesmos problemas persistem no registo civil e nas finanças. Em sua opinião, num concelho envelhecido como o nosso, não se pode pedir às pessoas para marcar, seja uma informação ou resolução de qualquer problema, via email ou telefone, sendo que este último nunca é atendido. E a situação também não é melhor em relação às farmácias e aos bancos, onde também ficam horas à espera para serem atendidos no exterior, numa época de inverno e frio. Por fim, foi colocada uma lombada na reta de Corsães, mas está praticamente sem qualquer sinalização, sujeita a despistes de veículos, podendo ser mais grave se forem veículos de duas rodas. Mas não tiveram a imaginação de na respetiva reta de Corsães, com uma grande ribanceira e inclinação com destino ao regato, colocar um rail de proteção. Continua-se a prestar pouca ou nenhuma atenção, à segurança rodoviária.”

Usou da palavra o deputado José Albano Domingues para falar da legalização da operação de loteamento e das construções do bairro senhora da Graça e da



realização de obras de urbanização. Referiu trazer este assunto a esta Assembleia Municipal porque é um tema que está, desde o início deste mandato, no centro das suas preocupações. Um problema que existe desde há dezenas de anos, que se encontra em cima da mesa dos sucessivos executivos PS do nosso conhecimento desde há, seguramente, mais de 15 anos, até hoje, por razões que se desconhecem, não tendo sido demonstrada capacidade de o concretizar no terreno, e com relação ao qual o Município tem responsabilidades. Foi um tema abordado, precisamente, logo na primeira ou na segunda das reuniões desta A.M., no pós-eleições, mas certo é que, passados 3 anos, continua a não ter saído do papel. É um projeto que deve merecer o acarinamento de todos, e que deve ser posto em prática em estrita consensualização e alinhamento com os proprietários e moradores, que são quem conhece o espaço, e nele reside, desde há largos anos, quotidianamente. É uma obra que a seu ver urge, que as pessoas, trate-se de famílias de menores recursos e mais desprotegidas, ou não, merecem, e, acima de tudo, que assentaria bem num Município que se preze por respeitar a legalidade das construções e por oferecer dignas condições de habitação e de vida a todos os seus munícipes. Sabemos que por via do Edital nº 969/2020, publicado no Diário da República n.º 173/2020, Série II, de 2020-09-04, tendo por sumário o “Projeto de legalização de operação de loteamento com obras de urbanização”, respeitante ao Bairro Sr.ª da Graça, foi aberto o período de discussão pública. Chegados aqui, e passados os 15 dias previstos para essa discussão pública, perguntámos ao senhor Presidente da Câmara:

se ocorreu a apresentação de propostas, sugestões, reclamações e/ou pedido de informação por parte de interessados e se temos a garantia do Executivo de que a calendarização das obras de urbanização, previstas executar, e terminar, no primeiro semestre de 2021, e que importam num valor que, de acordo com o orçamento, até não é significativo, não ultrapassando os 150.000,00 €uros, vai, de facto, ser respeitada.

O deputado Maximiano Gonçalves iniciou a sua intervenção falando dos tempos difíceis que estamos a viver. Apresentou, pela bancada do Partido Socialista, um voto de louvor e agradecimento aos Bombeiros Voluntários de Melgaço e respetivo corpo ativo pelo trabalho desenvolvido em tempos de pandemia, realçando que ao nível do país, estas associações estão a sentir muitas dificuldades. As receitas são poucas, o dinheiro gasto em equipamentos é elevado pois com a pandemia aumentaram as despesas. São as autarquias, que vão tentando, na medida das suas possibilidades, fazer com que seja possível prestar um serviço de qualidade às populações. Os B.V. Melgaço têm feito um trabalho extraordinário, só possível, graças a esse apoio da autarquia. Hoje existe no plano de atividades para 2021, o apoio que rondará cerca de 200.000 €. É um trabalho que também já foi reconhecido. Recentemente o comandante em exercício recebeu um Louvor, por parte da Autoridade Nacional da Proteção Civil. De seguida e em consequência do anteriormente referido, o deputado, em nome da bancada do Partido Socialista, passou a ler o referido voto que ficará anexo à presente ata.

Seguidamente a Presidente da Assembleia questionou se algum deputado queria intervir relativamente ao voto de louvor apresentado.

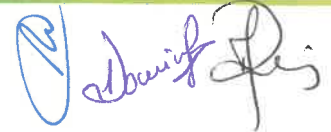
Interveio o deputado José Albano Domingues, que começou por dizer que o trabalho que vem sendo desempenhado e de há longa data por parte da associação é reconhecido por todos os munícipes e sabe pelas difíceis condições em que as corporações desta natureza laboram e que o apoio de todos nós, cidadãos, e da autarquia, é fundamental para que possam prosseguir essa missão humanitária. Ouvia com atenção o texto que o deputado Maximiano Gonçalves acabou de transmitir à assembleia e referiu que a bancada da Coligação se associa e votará favoravelmente a esse voto de louvor.

A Presidente da Assembleia colocou à **votação o Voto de Louvor e Agradecimento à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Melgaço, tendo sido aprovada por unanimidade.**

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado Amado Dias que começou por desejar umas boas festas a todos os presentes. De seguida, fez referência à vinda da Sr.ª Secretária de Estado, para dar desenvolvimento ao processo do Hotel do Peso. Foi um momento que fez com que os melgacenses se sentissem felizes. Como Presidente da Junta de Freguesia de Paderne quis transmitir ao Sr. ° Presidente da Câmara a alegria e satisfação dos habitantes do Peso.

Terminada a sua intervenção fez uso da palavra o deputado Paulo Cerdeira, que fez uma referência à Festa do Espumante, como tendo sido um evento criado recentemente, de muita qualidade, que depressa se afirmou como um evento de Inverno em Melgaço. Dada a situação e dentro do possível tentou-se não deixar esquecer a data. Acabou por ter um momento alto, a prova dos espumantes de Melgaço na revista de vinhos do mês de dezembro. Salientou ainda à iluminação de Natal, que sempre traz um brilho acrescido à nossa Vila e tem cenários para lindas fotos que circulam pelas redes sociais. Para além disso, já algum tempo que o município faz uma campanha de sensibilização para comprar no comércio local. Os comércios colaboraram em força com montras e ruas decoradas, tornando a nossa vila nesta época, muito mais viva e atraente, dando a sentir um espírito natalício.

Por fim foi dada a palavra ao deputado Diogo Castro que referiu que, durante os últimos meses, ocorreram obras por todo o município, obras importantes tanto na vila como nas freguesias. Obras que dão resposta às preocupações e aos pedidos dos Presidentes de Junta e que têm na Câmara Municipal, um parceiro importante, que está sempre pronto a colaborar, quer o Sr. ° Presidente da Câmara assim como os técnicos municipais, de forma a que a nossa população e aqueles que nos visitam possam ter as melhores condições e que gostem de viver ou de visitar Melgaço. Seguidamente, citou algumas obras realizadas nos últimos meses: a requalificação da Rua Fonte da Vila, Rua de São Tiago, Rua da Escola; a pavimentação da estrada do Chafariz até ao Viso, da estrada desde o lugar de Sante até Pomares; no lugar de Sante, Paderne, do caminho da Picota Roussas; da estrada da Granja Alvaredo; da Gave (estrada do cemitério, Prouterio, acesso a Igreja), em Castro Laboreiro, Coriscadas, Adofreire e Seara; da estrada a Vila do Conde Fiães; a execução do Trilho



Curro da Velha; beneficiação do edifício da Altice e a construção do passadiço de Cevide. Por fim, questionou o Presidente da Câmara sobre a futura utilização do edifício Altice, sobre o ponto da situação da Zona empresarial de Alvaredo; da Ecovia e para quando será a pavimentação da Estrada Nacional 202.

Seguidamente foi dada a palavra ao Presidente da Câmara que começou por responder à intervenção do deputado Manuel Luís Gonçalves. Relativamente à pandemia, felicitou os melgacenses, pois a obra de estarmos em estado moderado, deve-se a eles, pela forma civilizada com que têm sido capazes de conviver com a situação, respeitando as regras nacionais e também os apelos que o município tem feito. Os dados evoluíram, o deputado teve acesso aos dados da passada quarta-feira, mas ontem, ao final da tarde, houve um crescimento de dois casos, pelo que neste momento temos 10 casos ativos. Mantemos assim uma situação muito boa relativamente aos restantes municípios, não querendo isto dizer que nos devemos regozijar e ficar descansados. Temos uma responsabilidade acrescida para sermos capazes de nos manter assim e, mantendo-nos assim, teremos a situação mais confortável para nós e para a nossa economia. Quanto a medidas, desde o princípio da pandemia que temos tomadas algumas medidas que consideramos a cada momento serem as mais adequadas, quer do ponto de vista da prevenção, quer da diminuição das situações. Aquelas que neste momento temos e que consideramos necessárias para ajudar o comércio e a revitalidade da economia são: isentar os feirantes nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro; reduzir em 50% o valor das rendas dos nossos equipamentos que estão arrendados, também nos meses de dezembro, janeiro e fevereiro; reativar o apoio alimentar para as famílias. Esta última tem duas vertentes diferentes, mas complementares e importantes: uma foi de reativarmos o apoio em compras no supermercado para as famílias que tenham dificuldades graves e que estão a ser atendidas pelas organizações e pelos serviços sociais da câmara, no valor de 50 euros/mês por elemento do agregado familiar em bens essenciais e de forma a que ninguém se aperceba que é uma medida social. Outra vertente, o apoio do banco alimentar. Agradeço de forma sublinhada, a iniciativa do Intermarché, de no fim-de-semana passado recolher um conjunto de alimentos muito considerável e que ontem nos foi entregue para a Cruz Vermelha. Com esses produtos serão feitos cabazes que serão entregues a famílias identificadas pelas organizações do setor social, pelos serviços da Câmara e pelas paróquias, como famílias com dificuldades. Outra medida que consideramos importante é a campanha “Compre Local! Compre o Que é Nosso”, que lançamos em maio; campanha esta de compras no comércio local e que tem dado os seus resultados.

Seguidamente deu nota sobre a iniciativa da associação dos trabalhadores da Câmara Municipal. Todos os anos a associação promove duas iniciativas: o jantar de Natal e a Festa com os filhos menores dos funcionários, na qual lhes é entregue um presente. O desafio é que este ano não haverá jantar de Natal. Será entregue a todos os associados um pack de produtos locais e, com a colaboração da câmara, irá entregar a todos os funcionários um vale no valor de 6 euros para usar nos restaurantes locais que aderiram.



Do ponto de vista da prevenção, lançaremos novamente uma campanha com o nosso carro da proteção civil, dando nota que este Natal tem que ser vivido de forma diferente e com segurança, para que depois do ano novo não tenhamos surpresas.

Quanto ao Centro de Saúde, tem tido conversas com o conselho de administração da UISAM. O facto de haver, para esta matéria, um órgão decisor que está próximo, permite que se agilizem os processos. O Centro de Saúde de Melgaço foi pioneiro, nestas alturas, na capacidade de se reinventar e reinventar a forma de atender o público. Fê-lo de modo a permitir que as pessoas não estejam na rua à espera para serem atendidas. Felicitou a UISAM e o Centro de Saúde na pessoa da Dr.^a Ivone.

Relativamente à intervenção do deputado Manuel Fernandes, esclareceu que o valor que o deputado referiu de cerca de 40 mil euros, não é só relativo à iluminação, mas também a toda a programação de natal. Entende que há sensibilidades diferentes, que acham que não se deve gastar dinheiro neste tipo de coisas, neste momento, mas o executivo considerou que num período complicado como este, um pouco mais de iluminação era fundamental.

Quanto aos escalões da água, não é invenção da Câmara, é efeito da regulamentação e legislação existente, não poderíamos fazer de outra maneira. Procura-se fazer um equilíbrio absoluto, que nos é exigido, de cobrar exatamente aquilo que precisamos para que todos os serviços (água, saneamento e resíduos urbanos) se paguem a si próprios. Tem-se conseguido tarifas mais baixas do que aquelas que existem nos municípios que aderiram à A.d.A.M. - Águas do Alto Minho, S.A. Acrescentou que se procura ter um sistema qualificado, continuando a fazer obras sistemáticas de manutenção dos sistemas, para que este seja bem gerido, e aspirando a que seja cada vez melhor.

Quanto ao que o deputado referiu sobre o TransPeneda-Gêres, o Presidente da Câmara discordou pois tem a consciência de que a realidade é inversa. Este ano não foi possível fazer o ciclo de eventos que tem vindo a ser feitos e que já estão consagrados na área do desporto, com efeitos positivos na economia local. Se falar com os representantes da hotelaria e restaurantes locais, verá o quanto estes eventos são importantes. Os eventos desportivos trazem muita gente que fica alojada no nosso território, gente que vai à nossa restauração. Falamos de muita gente que tendo uma experiência boa num ou no outro campo, acabará por fomentar a visitação do nosso território. Este evento custou dinheiro e porventura este ano não trouxe o "input" que seria desejável para a economia local, mas não devemos desistir destes eventos.

Há 40 anos atrás tínhamos muita gente, agora temos menos e pouco desenvolvimento, segundo o deputado. Nós temos pensamento e estratégia para o município. No turismo está-se a caminhar no sentido certo. Na área dos vinhos, além do pensamento estratégico, também temos atores que estão a fazer um trabalho fabuloso e a transformar esta sub-região de forma a elevar o nosso nome. Do ponto de vista empresarial/industrial está-se agora a fazer o trabalho que nos compete fazer, com uma perspetiva de 30 anos ou mais. Temos uma zona empresarial para arrancar no início do ano. Ontem tive oportunidade de reunir com boa parte dos proprietários

dos terrenos a adquirir para negociar as particularidades de cada uma das situações, temos o dossier bastante encaminhado em que 90% das situações estão resolvidas, para fazer escrituras assim que possível. A zona empresarial está financiada com 1 milhão e 500 mil euros a fundo perdido, através do aviso aberto pela Norte 2020 e também com a garantia de empréstimo para podermos fazer o resto do financiamento da intervenção que no valor de 2,7 milhões. A obra vai arrancar no primeiro trimestre e é com felicidade que registamos uma enorme adesão e uma enorme vontade de uma série de empresas, se instalarem na nossa zona empresarial. Está-se a desenvolver condições de criar emprego. É um caminho que se traçou e a fazer de forma muito assertiva para que termos essa realização, no próximo ano e meio.

Quanto à lomba de Corsães, a obra ainda não está pronta, será resolvida brevemente. Nas pavimentações temos sido ambiciosos, fez-se uma reunião com os presidentes de junta, elencaram-se e priorizaram-se todas as necessidades de cada junta de freguesia e fez-se uma empreitada para as pôr no terreno. Qualificar a nossa rede viária é uma necessidade e um compromisso.

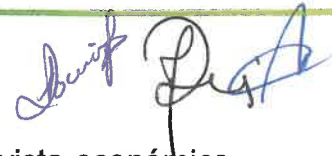
Relativamente ao atendimento nas entidades privadas (farmácia, caixa geral de depósitos) não podemos intervir, terá que ser o publico a fazê-lo.

Quanto aos serviços das Finanças e de Registo Civil, falou com a tutela. As orientações e a forma de atendimento são gerais para todo o país. Não concordamos com ela, é desadequada e continuaremos a dizer que se deve melhorar o atendimento. Numa população tão idosa não se pode realizar atendimento por email ou pelo telefone que, pelos vistos, ninguém atende. Se o Centro de Saúde foi capaz, os restantes serviços também terão capacidade para o fazer.

No que concerne ao Bairro Senhora da Graça, questão levantada pelo deputado José Albano Domingues, é um problema com 15 ou mais anos. No final do mandato anterior e durante este mandato agarrou-se com desígnio neste problema e temos que o resolver rapidamente. Conversamos com as pessoas quando desenhamos o plano de intervenção urbanística no bairro. Esse plano está assente e aprovado e a obra vai ser posta no terreno, brevemente. É um projeto de muito rigor e valor. Feito isto teremos condições para ser feita a venda das habitações a cada uma das pessoas que assim o desejar. Essas casas estão colocadas no Programa 1º Direito e na nossa estratégia de habitação, como casas, que após serem adquiridas, poderão ter acesso a investimento para serem requalificadas.

Em resposta ao deputado Maximiano Gonçalves, no que diz respeito ao voto de louvor aos Bombeiros Voluntários de Melgaço, congratulou-se pelo reconhecimento público por parte da autoridade nacional da proteção civil. Fazem um trabalho incansável durante todo o ano em prol das populações. Associou-se assim a essa homenagem.

No que respeita à intervenção do deputado Amado Dias, que se referiu à visita de estado ao Hotel do Peso, concordou que foi importante pois neste momento o financiamento está garantido e já se entregou o alvará que permite fazer a construção da obra. Se no dia da visita a obra arrancou de forma simbólica, tem-se o compromisso, pela parte empresarial que a obra arrancará já em janeiro. Um projeto



interessante do ponto de vista arquitetónico e também do ponto de vista económico para o nosso território, associado às termas e com capacidade para alavancar as mesmas. Além disso, vem aumentar a oferta hoteleira no nosso território. O aumento de ofertas será imprescindível para o turismo. Oxalá outros projetos se associem. Neste momento está-se a trabalhar no plano de pormenor do Peso, haverá condições para brevemente fazer intervenção urbanística pública em toda a zona do Peso. Temos também o Hotel Ranhada, ao qual também nos associamos pois somos coproprietários. Os coproprietários principais estão a tratar do projeto que se encontra em fase final, à procura de algum investidor que queira pegar nele.

Quanto à intervenção do deputado Paulo Rodrigues, começou por felicitar os comerciantes pela excelente ação que fazem, quer na decoração de ruas quer na decoração de montras.

Relativamente à Festa do Espumante, foi o que se conseguiu fazer, tínhamos muito mais ambição para ela; chegamos a desenhá-la em dois conceitos completamente diferentes. Tivemos que encolher um pouco mais. Melgaço foi recentemente publicitado pela revista de vinhos de dezembro. Os produtores tiveram a possibilidade de utilizar a loja online da própria revista de vinhos, para porem os seus produtos à venda, assim como um conjunto de outras atividades que deram nota do valor dos nossos vinhos. A nossa intenção é de nos próximos anos voltarmos ao conceito tradicional de festa, porventura com alguma inovação.

De seguida respondeu às várias questões colocadas pelo deputado Diogo Castro. O edifício Altice foi uma ousadia da Câmara, mas resultou. Quando há um ano atrás assinávamos o protocolo de investimento no território com a Altice, algum dele já realizado, outro por realizar, visitamos, com as pessoas responsáveis, o edifício e achámos que era uma pena estar em jeito de abandono. Tem lá dentro instaladas as capacidades de distribuição de comunicação, para o nosso município. O edifício foi desenhado para os anos 80 e então lançou o desafio à Altice, de nos cederem o edifício para lá instalarmos serviços e um projeto. Foi acatado por parte da Altice e foi protocolado. Temos o edifício por cinco anos acrescidos de outros cinco, instalaremos serviços do município (área da tecnologia e do gabinete do empreendedor) e ainda um projeto da área tecnológica. Projeto este que é transfronteiriço e que tem muito a ver com a área tecnológica do ponto de vista da sensibilização, mas também da formação. Sensibilização para os mais novos, formação para alguns atores ligados às tecnologias e, uma zona de desafio para incubação de empresas tecnológicas no nosso município. Está em avançado estado de recuperação e a ficar bonito e prático. Dignificamos assim a arquitetura do nosso município.

Em relação a Cevide, tem o compromisso por parte do empreiteiro de que em meados ou finais de fevereiro, estará o projeto de acesso ao marco nº1 e requalificação da área pública de Cevide pronta para ser inaugurada. Permitirá a visita ao marco nº1 de forma circular.

Seguidamente o deputado Manuel Fernandes, pediu ao Presidente da Câmara que lhe respondesse relativamente à situação de corte de água que tinha referido aquando da sua intervenção. Quanto aos escalões da água, concorda que a água

tenha que ser autossustentada, mas, questionou porque é que a Melsport não é, nem nunca foi, autossustentável, desde a sua inauguração. Referiu ainda concordar que sejam dadas ajudas financeiras, discretamente, às pessoas necessitadas que vivem e residem no concelho. No entanto, não concorda que se gastem dezenas e milhares de euros do erário público em provas desportivas ou outras para que nos venham visitar. A área da restauração e similares podem até tirar vantagens dessas visitas, mas terão que ser essas entidades a promover os seus produtos e não pode ser o erário público a pagar. Melgaço não é só alvarinho, restauração e turismo. Necesita de muito mais como uma boa e forte industrialização criando milhares de empregos e fixando os jovens, para que futuramente seja um concelho desenvolvido e com prosperidade.

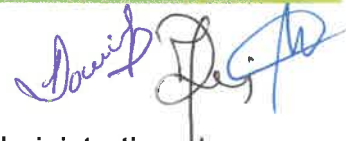
Em resposta o Presidente da Câmara disse que sobre a questão do corte de água, nestas áreas temos que ter medidas que nos permitam assegurar que os serviços funcionam. De forma mais ou menos automática, quando há falha de pagamento ao fim de 2 meses, faz-se o corte do serviço. Se não formos capazes de fazer esta disciplina, perdemos o fio à meada rapidamente, acontecendo que, posteriormente aparecem dividas astronómicas nesta área. O funcionário está ali para fazer cumprir as regras. Já aconteceu de se facilitar e a promessa de pagamento não ser cumprida.

Relativamente à estrada nacional 202, questão colocada pelo deputado Diogo Castro, assinou na quinta feira em Lisboa, na sede da IP, o acordo de transferência e de financiamento, associado à transferência da estrada de Penso até à Vila (EN202) para o município. Apenas falta ser homologado pelo Secretário de Estado. A ver se no início do ano lançamos a obra a concurso.

Assunto nº184	Informação do Presidente da Câmara sobre a Atividade Municipal ;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara caso quisesse acrescentar alguma informação, para além da que foi enviada aos senhores deputados. O Presidente da Câmara começou por dizer que nesta informação dá-se nota da realização, no presente ano, de compromissos plurianuais, do resultado da delegação de competências que foi feito ao Presidente da Câmara. Estes estão referidos no quadro da informação enviada.

Prosseguiu referindo que a empresa AVIC colocou um processo à Câmara Municipal, dizendo que era ilegal o contrato de carreira pública que celebramos com uma empresa local e que está a assegurar duas carreiras públicas: S. Gregório-Melgaço e Castro Laboreiro-Melgaço; dizendo também que era ilegal o facto de estamos a fazer uma outra carreira pública, Penso-Melgaço, com um autocarro nosso, e que não teríamos competência para tomar esta decisão. A autoridade local para os transportes, neste momento, é a Câmara Municipal. Acusaram-nos, também, de estarmos a usar um autocarro que já não tem condições para fazer transporte de



crianças. Recorremos e recebemos esta semana, do Tribunal Administrativo de Braga, a notificação de que este processo foi arquivado. Na próxima segunda-feira receberemos um novo autocarro de 52 lugares, que virá substituir dois velhos autocarros, que nos tem dado muitos problemas.

Recentemente foi galardoada a ADERE Peneda-Gêres, na sua grande rota, com o prémio de turismo anual.

Fechamos estes dias o concurso para chefias de 3º grau.

Recebemos estes dias uma das fases do projeto que implementamos de forma conjunta com Monção, para a requalificação e para as alternativas à estrada nacional 101 e 202. As duas câmaras contrataram o serviço do engenheiro António Cruz, para a requalificação a partir de Valença com a criação de uma circular entre Valença e Monção. O projeto referente ao nosso Município diz respeito à zona entre a rotunda de Monção e S. Gregório e já está se encontra com a tutela e em janeiro levaremos a segunda parte a Lisboa.

Foi aprovada a candidatura que foi feita pelo IPVC, a nosso pedido e depois de feito o trabalho ao longo de algum tempo sobre a criação de um núcleo de conhecimento no nosso território, que abrange os dois municípios: Melgaço e Monção. Foi ontem aprovada a candidatura para a criação em Melgaço, na ESDL de um núcleo de investigação dedicado ao território, com um foco grande no vinho e dedicado também a todos os outros produtos do território. Terá três recursos humanos altamente qualificados. Os nossos produtos estão muitíssimo bem no mercado nacional e internacional. Prova disso é que foi lançado pela ADRIMINHO o desafio que se fizesse uma loja virtual para o Vale do Minho. Lançado esse desafio, essa loja virtual não só conseguiu vender um conjunto de cabazes muito consideráveis dos nossos produtos e produtos dos vários municípios do Vale do Minho, mas sobretudo tem sido capaz de escoar grandes quantidades de produção do nosso município. Os produtores aderiram, no nosso município são sete e a capacidade de escoar produtos tem sido extraordinária. Esta loja Virtual poderá evoluir para uma loja exclusiva do município de Melgaço.

Assunto nº185	Análise e deliberação da Alteração ao Regulamento do Arquivo Municipal;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para introduzir o assunto antes de o colocar à discussão. O Presidente da Câmara não considerou necessário fazer alguma consideração ao documento enviado aos deputados.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues que referiu que, existem algumas passagens do texto do Regulamento que lhes parecem um pouco estranhas e, a no seu entender, até sem sentido. Acredita que todos têm a noção de que as normas devem ser claras, rigorosas, objetivas, exequíveis e de sentido ou teor pragmático (até para se não colocarem, mais tarde, dificuldades de interpretação e aplicação). Diz o artigo 27º, nº 3, do Regulamento o seguinte: O

Arquivo Municipal de Melgaço poderá restringir o acesso aos cidadãos cuja postura não seja própria ou as condições comportamentais se encontrem alteradas. E questionou: o que é considerado postura não própria? O que significam “condições comportamentais alteradas? Quem vai fazer o diagnóstico e avaliação dessa postura e condições comportamentais? É uma questão de restrição do acesso, ou antes caso de, nessa eventualidade, o cidadão ser “convidado” a abandonar a sala de leitura?

Dita o artigo 27º, nº 5, que não é permitida a permanência, junto do utilizador, na sala de leitura, de casacos, ou agasalhos, nem de sacos, carteiras ou pastas. De seguida, perguntou: quando lá formos, temos de despir os casacos? Vamos ter de entregar a pasta ou carteira, que se use no exercício profissional, a outras pessoas? E se sim a quem?

O artigo 29º, nº 1, refere que o Arquivo Municipal poderá, “sempre que as condições técnicas o permitam”, fornecer reproduções de documentos. Assim voltou a questionar: de que condições técnicas estamos a falar? Se não houver condições técnicas os cidadãos não poderão, pura e simplesmente, obter reproduções?

Tratando-se de um serviço público, tendo presente o princípio da proporcionalidade, e indo de encontro ao binómio custo-utilidade para o utente, parece-lhes exagerado o valor de algumas das taxas previstas na tabela que constitui o Anexo 1, dando-se como exemplo os 15,00 € (somados ao preço das fotocópias) por um simples ato de certificação, ou de 20,00 € na 1ª hora e 25,00 € na segunda e seguintes para os serviços de pesquisas.

Não se pode aceitar, finalmente, que, como consta da nota 3 à referida tabela, a prestação ou execução dos serviços nela previstos fiquem dependentes, também, da disponibilidade de recursos humanos, técnicos ou materiais do Arquivo Municipal. E perguntou: se não existir essa disponibilidade os cidadãos não terão acesso às reproduções, certificações, pesquisas e autenticações?

Em resposta o Presidente da Câmara disse que não se está a criar um regulamento, mas sim a alterá-lo. O Arquivo Municipal de Melgaço tem estado a servir de forma continua os melgacenses. Nunca nos chegou nenhuma reclamação. É um serviço público, que funciona bem, não tem criado nenhum constrangimento à população, pelo contrário, existe uma colaboração ativa com todos aqueles que o procuram. Estas questões técnicas que citou, estão em qualquer outro regulamento de Arquivo Municipal. Não põem de forma alguma em causa a qualidade, a disponibilidade no atendimento e o acesso aos documentos. Não faz sentido estar a fazer qualquer tipo de alteração.

De seguida a Presidente da Assembleia questionou se mais algum dos deputados presentes queria intervir.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este **assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 5 abstenções da Coligação P´ra Frente Melgaço.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº186	Análise e deliberação do Regulamento Municipal do Uso do Fogo e Limpeza de Terrenos em Espaço Não Rural;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer uma introdução ao assunto. O Presidente da Câmara deu nota que é um novo regulamento que procura complementar aquilo que a legislação prevê e o nosso plano municipal de defesa e apoios contra incêndios não contemplam, como as situações urbanas e as situações de prevenção contra incêndio em zona urbana. E por isso achamos que era fundamental fazer este regulamento, que nos permitirá intervir, quando necessário, em zonas urbanas.

Seguidamente usou da palavra o deputado José Albano Domingues para dizer, que se lhes afigura importante analisar os conceitos referidos no artigo 4º do Regulamento, até para não se confundir, como já vimos acontecer nesta Assembleia, persistente e teimosamente, por um senhor deputado, por exemplo, “queimas” com “queimadas”. Perguntou, quanto ao disposto no artigo 12º (que alude à limpeza de terrenos privados), nº 2, alíneas a) e b), se o que aí está escrito é realmente o que se quis dizer, ou se se tratará, antes, de um lapso (grave). E tal porquanto o que aí se escreve, quanto à gestão de combustíveis, e concretamente à desramação, é no sentido de que esta deve ocorrer em 50% da altura das árvores até aos 8 metros de altura e, a partir daí (dessa altura de 8 metros, portanto), a desramação deve alcançar no mínimo 4 metros acima do solo. Esta redação mostra-se muito infeliz, e dará azo a problemas de interpretação e aplicação, porquanto o que se queria dizer, certamente (indo, de resto de encontro do que dita a lei geral), é que as árvores têm que ser (totalmente) desramadas até quatro metros acima do solo, exceto para árvores com altura inferior a oito metros, em que é obrigatório desramar apenas a (sua) metade inferior (por exemplo, se a árvore apenas tiver 6 metros de altura apenas haverá que desramar os 3 metros a contar do solo). Há, também, seguramente, um lapso na alínea a) do nº 2, do artigo 19º, porquanto o limite mínimo das coimas no caso das pessoas coletivas é sempre superior ao previsto para as pessoas singulares (limite superior tal como ocorre, e expressamente se refere, de resto, em todas as demais quatro alíneas desse mesmo número 2).

Finalmente, têm muitas dúvidas acerca da legalidade da solução preconizada no artigo 24º, nº 2, do Regulamento (diz que têm dúvidas, e não que contém uma ilegalidade, para não ferir suscetibilidades, como tantas vezes vemos acontecer nesta Assembleia), ao ditar que seja o senhor Presidente da Câmara, por mero despacho, a esclarecer as dúvidas suscitadas na interpretação e aplicação das disposições do Regulamento. Aceitar-se-ia que se dissesse que seriam esclarecidas, ou suplantadas, através de decisão da Câmara Municipal, mormente após análise criteriosa por parte do respetivo departamento jurídico.

Em resposta o Presidente da Câmara disse que o regulamento na sua estrutura está bem traçado. Nas questões de detalhe técnico, teve alguma dificuldade em

responder. O que sugeria é que se poderia aprovar este documento, fazendo a revisão das notas que o deputado José Albano Domingues fez em relação ao artigo 12, ponto 2 alínea a) e rever o texto no sentido que seja claro e que corresponda ao que está na lei. Relativamente ao artº19 nº2 alínea a), veremos aquilo que poderão ser incongruências. Quanto ao artº24 nº2, não viu qual seria o problema, mas a sua sugestão, é que se substitua por “despacho o Presidente da Câmara”, por “decisão da Câmara Municipal”.

Seguidamente propôs à Mesa que se faça a aprovação com o compromisso de se fazerem as alterações.

A Presidente da Assembleia colocou este **assunto a votação, com as alterações propostas, tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº187	Análise e deliberação da delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Peso;
----------------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer a apresentação do assunto à Assembleia. O Presidente da Câmara pediu autorização à Mesa para ser a arquiteta Fabíola Pires a fazê-lo.

Depois de autorizada pela mesa, a arquiteta procedeu à apresentação.

Concluída a apresentação, a Presidente da Assembleia questionou se algum dos deputados presentes queria intervir.

Não havendo intervenções, a Presidente da Assembleia colocou este **assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por unanimidade.**

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº188	Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2021;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para fazer uma introdução ao assunto. O Presidente começou por dizer que pretendem com este plano mais clareza, fazendo uma compilação na sua estrutura para permitir uma melhor leitura de todas as medidas que nele estão incluídas. No ponto 4 consta alguma informação das medidas que consideramos importantes na área da habitação. No ponto 1, faz-se uma análise da realização financeira e orçamental das medidas de

forma acumulada desde 2008 até 2020. No ponto 2, procurou-se condensar todas as medidas de apoio à família. No ponto 3, condensaram-se as medidas que estão vocacionadas para o apoio ao investimento. No ponto 4, estão as medidas relacionadas com a habitação. O enquadramento resulta também, e muito, do trabalho feito com a empresa consultora que está a trabalhar com a Câmara no plano local para habitação e permitiu que tivéssemos uma visão muito boa daquilo que é o panorama da habitação no nosso município. No ponto 2 também se procurou compilar todas as medidas de apoio à habitação, sejam elas de âmbito nacional ou âmbito local. A partir deste momento, pretende-se que as pessoas tenham noção exata de todas as medidas implementadas a nível local e no âmbito nacional. Deu nota do projeto 1º Direito, que é uma medida nacional que se vai implementar a nível local, daí que tenham avançado com o desenho da estratégia local para habitação. Isto permitiu, perceber exatamente quais são as necessidades de intervenção, em habitações com fins sociais que são propriedade do Município e que precisam ser reabilitadas, assim como em habitações de privados com carências sociais e económicas.

Nesta estratégia já definimos e priorizamos todas estas intervenções. No ponto 4.3 temos as novas medidas de âmbito local, que foram depois afinadas com as nossas equipas, com gente do IFRU e com gente da secretaria de estado da habitação. Uma das necessidades que é elencada na nossa estratégia é a falta de habitação para arrendar. O foco destas medidas vai muito no sentido de sermos capazes de aumentar a oferta de habitação para arrendamento. Uma 1ª medida assenta na isenção de IMI durante 5 anos renovável por mais 5 anos, para prédios urbanos reabilitados que sejam colocados no mercado de arrendamento, quer para fins habitacionais, quer para outros; para prédios reabilitados para fins turísticos, com a exceção do alojamento local. O mesmo se aplica para a construção de edifícios multifamiliares que tenham esta perspetiva do arrendamento ou não. Agravamento do IMI para imóveis devolutos e que a lei nos permita que seja possível, nas condições que estão descritas. Mais incentivos à construção de edifícios multifamiliares. Isenção de IMT, aplicável às transações que têm por objeto a construção de edifícios multifamiliares, em todo o município, ultrapassando isenções previstas na ARU, isenções da taxa urbanística municipal, no período de 5 anos e, depois, recolocaremos em cima da mesa a possibilidade de avançar com habitação, a custos controlados, seja ela mais próxima da vila ou mais distante.

São estas as medidas que considera fundamentais para poderem aumentar a oferta de habitação. O compromisso do município é, durante o primeiro trimestre do próximo ano, regulamentar, de forma mais concreta, estas medidas locais que apresentou. É compromisso também, nesse mesmo período, criar uma equipa técnica de apoio à realização destas medidas.

Seguidamente usou da palavra o deputado José Albano Domingues. Confessou que este ano tinham, de facto, muitas expectativas acerca do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável que lhes iria ser apresentado. Tais expectativas foram-nos criadas, precisamente, pelo executivo camarário, por via da campanha “Viver em Melgaço”. Na verdade, conforme introdução ao assunto relativo

à delimitação da área de Reabilitação Urbana (ARU) do Peso, que traça, a este nível, uma radiografia muito atual e real, urge reverter a contínua perda populacional, o ciclo de degradação do edificado, os problemas socioeconómicos, a falta de investimentos e de dinâmicas, atraindo população para o território e, se possível, rejuvenescendo-a. Não nos podemos esquecer que somos o concelho que mais população perdeu no Alto Minho, quase o dobro da média da sub-região.

Esperavam, pois, por medidas de referência, verdadeiramente inovadoras, diferenciadoras, realmente impactantes, que captassem a atenção de todos os que eventualmente possam estar interessadas em escolher um outro território para viver que não aquele onde atualmente residem.

Têm, porém, de confessar a sua profunda decepção com o que encontraram no PDSS. Acrescentou que sendo latinos, muito apegados às nossas origens e raízes, com tendência de concentração nos grandes centros, mormente pela proximidade dos centros de decisão, dos centros de empregabilidade, e da oferta de base educacional, letiva/formativa e cultural. E temos que convir em que ninguém vai deixar o local onde atualmente se encontra a troco da isenção do valor do imposto municipal sobre imóveis (IMI) durante 3 ou 5 anos, ou da isenção do imposto municipal sobre transmissões (IMT) na aquisição de uma casa para reconstruir, ou das taxas de edificação e urbanização. Trata-se, até, de isenções que se encontram já previstas numa lei nacional, concretamente no Estatuto dos Benefícios Fiscais, quer na vertente da habitação própria quer direcionada para o mercado do arrendamento. Ninguém virá para Melgaço, certamente, embalado por uma qualquer melodiosa campanha publicitária, nem pelas mensagens criativas postas num qualquer placard ou *outdoor*. Debruçou-se depois, mais especificamente, sobre o documento, começando por dizer que o Orçamento para o próximo ano prevê gastar 93.588,00 €uros com o PDSS. Esta-se a falar de 0,37 % do total da despesa.

As medidas para o PDSS de 2021 (fora a parte da habitação, cujos incentivos, mesmo que somados, não permitirão poupar mais do que 1, 2, 3 ou 4.000,00 €uros) são uma cópia das de anos anteriores. Trata-se, infelizmente, de mais uma oportunidade perdida, de trabalhar para obter resultados, de fazer bem, de fazer melhor.

Apesar da gritante necessidade de fixação da população, e da premência do seu rejuvenescimento, certo é que os apoios/incentivos à natalidade decresceram para menos de metade entre os anos de 2008 e 2020.

Os apoios no domínio da saúde e ao arrendamento/habitação são perfeitamente insignificantes e residuais, quer em número quer no valor, e não admira que assim seja, por terem um teto anual, máximo, de 300,00 €uros.

A atribuição de auxílios económicos decresceu mais de 65% entre os anos letivos de 2008/2009 e de 2019/2020. O apoio aos casais jovens teve uma única candidatura em 2020, e zero nos nove anos anteriores. Durante todo o ano de 2020 não houve uma única candidatura ao “Melgaço Finicia”, o que também demonstra, contrariamente ao que temos ouvido falar, a falta de empreendedorismo e de dinâmica empresarial. Estes números, estes dados, demonstram, em seu entender, a falência total das políticas prosseguidas pelos executivos PS, neste campo, aos longo dos

anos. Mais incompreensíveis se mostram estes decréscimos de apoios ou incentivos quando certo é que, ao invés, as liquidações e receitas do IMI aumentaram, entre 2008 e 2020, mais de 116%, e as do IRS subiram mais de 58%. Ou seja, temos cada vez menos pessoas no território, mas a pagar cada vez mais impostos. De nada valerá majorar em 30% a tributação, em sede de IMI, para os prédios degradados, porque o certo é que o número de imóveis nessa situação vem crescendo todos os anos. Tal medida pode-se até assumir, a seu ver, como contraproducente, porquanto mais descapitaliza e desmotiva os proprietários.

Persiste-se em manter a participação do Município no IRS pago pelos residentes na taxa (máxima) de 5%. Abdicar, no todo ou em parte, desta taxa poderia significar meter no bolso das pessoas cerca de 200 mil euros, que poderiam ser gastos e gerar riqueza, mormente em prol do comércio local. Poderia ser esta, de resto, uma medida com efeitos importantes e imediatos na atração de população ao concelho, que tem sido seguida por muitos outros municípios, mesmo do Alto Minho, e com resultados visíveis. É, por outro lado, preocupante, particularmente para o concelho que se vinha “gabando” de não ter desemprego, ou de valores da taxa de desemprego próximos do zero, verificar que de 2019 para 2020 a taxa de desemprego, no chamado desemprego de longa duração (para desempregados inscritos no Centro de Emprego há mais de 1 ano), aumentou para os 34%. A verdade é que o PDSS diagnostica a necessidade urgente de atrair população para o concelho, mas nada de realmente efetivo e diferenciador faz para que tal aconteça.

E têm, finalmente, para colmatar as falhas que apontaram, e a falta de medidas verdadeiramente impactantes, até mesmo na área da habitação, a reprodução de um rol de medidas que são de âmbito nacional, o que se não compreende num documento com esta natureza (de contexto concelhio ou local).

Dada a palavra ao deputado Manuel Luís Gonçalves, o mesmo começou por congratular o executivo pela apresentação deste PDSS, quanto à inovação na forma como o documento foi desenvolvido, pela sistematização feita, no sentido de organizar ou categorizar as naturezas dos apoios sociais que estão disponíveis para os cidadãos melgacenses que a eles queiram recorrer. Referiu, a este propósito, que num ou noutro apoio há situações em que os números têm vindo a descer, podendo fazer-se uma reflexão sobre se essa situação tem a ver com os apoios em si ou com os processos de candidatura, podendo igualmente discutir-se se os valores atribuídos aos apoios são ou não suficientes. Uma segunda nota para congratular as medidas previstas, em particular em matéria de habitação e reabilitação urbana. É uma matéria atual e que tem vindo a ser trabalhada, discutida e melhorada a nível nacional e que embora em algumas situações repescando o que está previsto no Estatuto dos Benefícios Fiscais, noutras situações com inovação em relação a essas medidas, parece-lhes que as mesmas são boas e muito ajustadas. Pode-se discutir se são suficientes ou não, nunca o serão, pois, os estímulos fiscais não são a principal medida estrutural para resolver os problemas de raiz. Seguiu a sua intervenção fazendo referência aos impostos ao nível do património, IMI e IMT, dizendo que quando estamos a falar de isenções, que em determinadas situações e dependendo

do uso e afetação que possa vir a ser dada a imóveis reabilitados, pode ser alargada por mais 5 anos, estamos a falar de um bom estímulo, quer para o cidadão quer para o potencial investidor. Referiu também tratar-se de um benefício significativo ao nível dos impostos diretos, porque quando se fala da taxa de tributação de mais valias ou tributação de rendimentos prediais que desce para 5% quando em média ronda os 25% a 28%, está-se a falar de uma poupança significativa para os bolsos dos cidadãos. Mas também ao nível dos impostos indiretos, e isto não é inócuo para quem pretende reabilitar ou investir, porque descer de 23% para 6% a taxa de IVA em obras de reabilitação representa muito dinheiro, não se tratando apenas de um paliativo. Naturalmente que todos nos queixamos do mesmo. Quem dera ter mais gente em Melgaço. A desertificação do território não é um exclusivo de Melgaço, mas tendo em conta o posicionamento geográfico do nosso concelho estas medidas são um ótimo estímulo. Fez ainda referência às medidas de estímulo negativo, dizendo que poderá ser discutível se a majoração da taxa do IMI sobre os prédios devolutos é boa ou não para os proprietários. Mas quando passa muito tempo e temos o património muito degradado, com imóveis devolutos, muitos deles já na propriedade das heranças e muitos até com dificuldades de identificação na matriz, é preciso fazer este levantamento e alertar os proprietários que algo tem de ser feito relativamente a esses imóveis, seja no sentido de vender, reabilitar, etc. E já assistimos a situações de prédios devolutos que neste momento estão a ser ocupados por pessoas que procuram arrendamento. Muitos não precisam de ser reabilitados, mas muitos outros há que precisam e os estímulos dados são ótimos. Não só estes, mas muitos outros estímulos, que no seu conjunto, são ótimos, referindo-se nomeadamente aos apoios do IFRU ou do programa "Reabilitar para Arrendar". Seguiu a sua intervenção, referindo-se aos apoios à construção de edifícios multifamiliares, dizendo que nos queixamos muitas vezes da falta de habitação, quer para habitação quer para arrendamento. É verdade que a lei já estabelece um conjunto de incentivos fiscais, nomeadamente ao nível de isenções de IMT, quer por referência ao preço quer ao nível da compra para revenda. Mas estas medidas são novas e vêm somar às medidas fiscais existentes. Concluiu, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Câmara, para dizer que da parte do grupo municipal do PS se congratula pela alteração que foi feita neste PDSS, dizendo que ouviram várias críticas nesta Assembleia, antecipando qual será o sentido de voto da oposição, mas que não ouviu uma única sugestão no sentido de fazer melhor do que aquilo que aqui está.

Em resposta, o Presidente da Câmara referiu que este é um instrumento político. O deputado José Albano aproveitou para fazer política, com a crítica ao mesmo. O plano que tem em mão, não tem paralelo em nenhum outro município do Alto Minho. Se se está a fazer comparações, façam-se, mas gostaria de ver quais são os resultados da mesma. A questão demográfica na sua análise e nas medidas para que ela possa ser mitigada, tem de ser abordada em várias vertentes. A habitação é uma delas. Acredita que são medidas sérias e ativas. O deputado tentou dizer-nos que o que está no PDSS como medidas inovadoras ao crédito habitação, não é mais do que replicar as medidas nacionais e que não acrescentamos nada. Não é verdade.

Falou que já existem medidas que permitem isenção de 3 anos de IMI, de IMT, não se está a propor 3 anos, mas sim 10 anos (5+5). São medidas de valor que têm que ser muito bem explicadas a toda a população. Temos que considerar também o apoio técnico para que as pessoas possam pôr estas medidas em prática. Quanto ao problema da baixa demografia, este ataca-se com a economia, não há outra maneira de o resolver. É do conhecimento público que muita gente hoje está a voltar a Melgaço, pela economia. Na área do vinho, há gente, bem qualificada, a vir para cá porque esse setor está a funcionar bem. Estamos a criar condições para que haja mais economia e atratividade. A zona empresarial, depois das empresas estarem implementadas, trará um conjunto de pessoas para Melgaço. E há que dar resposta a esta gente, se não houver habitação disponível, não a conseguimos fixar cá. Temos que trabalhar de forma paralela estas duas vertentes. Estamos a fazer esse trabalho de forma séria.

Quanto à questão dos impostos, o deputado fala que crescem os impostos. Isso é sinal de que temos gente a pagar impostos; temos riqueza que produz esses impostos. Alguns nem dependem da Câmara Municipal como IMT. A questão do IMI está quase na taxa mais baixa 0.32. É sinal de que há riqueza e de que as coisas estão a funcionar bem. Já nos outros anos tem vindo a ser comentado que deveríamos abdicar dos 5% do IRS. Se distribuirmos 250 mil euros por todos os melgacenses (de forma fiscal) não faria chegar grande valor à casa de cada um e não estaríamos socialmente a ser muito justos, porque são os que mais pagam IRS aqueles que mais receberiam e não os mais necessitados. Este dinheiro é fundamental para fazermos as intervenções que têm que ser feitas. O trabalho que se faz é sério, procura atacar em várias vertentes a questão da economia e a questão da demografia associada à economia. Somos o município com a taxa de envelhecimento maior no distrito e isto deve-se ao facto de socialmente nós termos tido a evolução que tivemos ao longo dos últimos 30 anos. As camadas jovens saíram de Portugal. Ao longo de décadas tivemos uma emigração brutal e estamos hoje a sofrer com todo essa situação. Temos que reverter isto, criar economia, e fazer com que as pessoas tenham condições para estar aqui. Está-se a fazer o caminho que tem que ser feito e é um caminho longo que custa a trilhar. Este caminho tem que ser trilhado de forma sustentada para que daqui a 10 anos estejamos a fazer uma análise diferente.

Seguidamente voltou a usar da palavra o deputado José Albano Domingues, para dizer que esta questão do IRS é uma realidade, o Presidente da Câmara referiu, estar-se a meter dinheiro nos bolsos daqueles que mais pagam, mas há também aqui uma outra nuance que temos que levar em linha de conta, o dinheiro vai circular. A questão da habitação, faz-me dar nota de uma outra questão que tem a ver com as rendas. Têm noção que o parque habitacional, pelo menos o disponível, que é curto, até pela questão dos estudantes, mas não se pode querer que sejam os privados a pagar esta fatura, nem defender, como está nos documentos, que com uma renda média de 215 euros, que consideremos exagerado e que alguém vá construir para arrendar com esse proveito. Ninguém, se não ganhar dinheiro, vai investir. A questão das medidas na habitação, nalgumas delas vai-se um bocadinho mais além do que a

lei geral diz, mas sendo coerentes, quanto é que significam nos bolsos dos portugueses ou de quem pensa em vir para Melgaço, estas medidas de IMI e IMT. Na sua perspetiva, é política que alguém está a fazer.

Concluiu a sua intervenção respondendo ao deputado Manuel Luís Gonçalves, referiu que não lhe compete como deputado municipal, nem à sua bancada fazer sugestões, muito menos nesta Assembleia. Não é a eles que lhes cabe apresentar medidas para superar as problemáticas identificadas.

Não havendo mais pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 6 abstenções da Coligação P´ra Frente Melgaço. Os grupos parlamentares do Partido Socialista e da Coligação P´ra Frente Melgaço, ficaram de apresentar Declaração de Voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº189	Presente informação da Lista de Prédios degradados no concelho de Melgaço para o ano 2020, bem como, aprovação da respetiva majoração do IMI a aplicar;
---------------	---

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a introdução ao assunto. O Presidente da Câmara considerou que não haveria muito a acrescentar à informação enviada,

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 6 abstenções da Coligação P´ra Frente Melgaço.

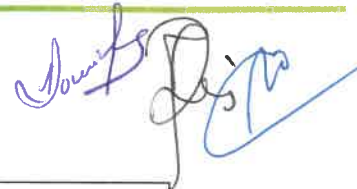
Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

Assunto nº190	Análise e deliberação da proposta de contrair empréstimo de longo prazo e subsídio reembolsável FEEI, no valor de 2.206.563,92€;
---------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a introdução ao assunto. O Presidente da Câmara referiu que este assunto já foi falado na última reunião de Assembleia, pelo que não iria intervir.

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 6 abstenções da Coligação P´ra Frente Melgaço.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.



Assunto nº191	Adjudicação da contratação de auditor externo para certificação de contas do ano económico de 2021;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a introdução ao assunto. O Presidente da Câmara referiu tratar-se de um processo de contratação habitual, de um auditor externo, para fazer o acompanhamento na análise das contas de 2020.

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 6 abstenções da Coligação P´ra Frente Melgaço.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

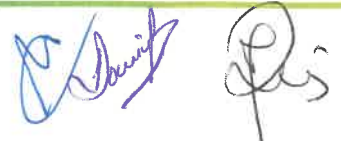
Assunto nº192	Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2021-2025;
----------------------	--

A Presidente da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara para que fizesse a introdução ao assunto. O Presidente da Câmara começou por dar nota que este é o primeiro orçamento feito pela nova norma contabilística. Tem a preocupação de apoiar as instituições e juntas de freguesia. Na sua estrutura tem financiamento para grandes intervenções, de entre as quais: zona empresarial de Alvaredo; pavimentações; Estrada Nacional 202; igreja Convento de Paderne.

No orçamento faremos o pedido de assunção de competências para os compromissos plurianuais em 100 mil euros. Este orçamento é muito superior ao dos últimos anos, estão reunidas condições para investimentos que até aqui não se conseguiram fazer.

Seguidamente procedeu a uma apresentação mais detalhada do mesmo. No fim da sua intervenção, a Presidente da Assembleia questionou se algum dos deputados queria intervir, pediu a palavra o deputado José Albano Domingues dizendo que o Executivo, acabou de apresentar aquele que apelida de maior Orçamento de sempre. E apresentou-o como o maior de sempre para, ainda hoje, termos as redes sociais inundadas de notícias bombásticas. Estas Grandes Opções do Plano e Orçamentos têm sido de continuidade. De continuidade porque pouco ou nada mudam, ano após ano. De um executivo espera-se sinais de esperança, uma marca de criatividade, um esforço para colocar o concelho numa posição confortável em termos de desenvolvimento, em contrariar as estatísticas, que retratam uma degradação e descrença contínua.

O orçamento cresce para 25 milhões de euros, e quem olhe de forma crua para o número pode ser enganado. Na sua opinião, o Executivo PS não gosta de os ouvir catalogar os orçamentos que apresenta como sendo, ao menos parcialmente, virtuais. Mas a verdade é que os números nos têm dado, sucessivamente, razão. Repare-se



que se apresenta um orçamento com 11 milhões de euros de despesa de capital (investimento), quando, ainda com relação ao corrente ano de 2020, à data de 10 de dezembro de 2020, a execução se queda em 3 milhões e 300 mil euros, seja pouco mais de 37% do que estava previsto. E também do lado da receita os números não mentem. Relembrem-se, mesmo do lado da receita, a necessidade de rigor, e o critério e orientações emanados da DGAL, no sentido de que não pode haver 3 exercícios consecutivos em que a realização orçamental da receita fique aquém dos 85%. Pois a verdade é que, apenas pegando nos números dos 4 últimos anos, temos que em 2017 essa realização foi de 61,9%, em 2018 de 74,95%, em 2019 de 80,28%, e em 2020, até 10 de dezembro, de 58,16%, o que nos leva a concluir que as regras ou critérios da DGAL se encontram violados, esperando nós que sem consequências de maior para o Município. Se o orçamento cresce, cresce porque se aceitaram mais competências, que se encontravam encabeçadas pelo governo central, e com isso veio um envelope financeiro – cerca de 1 milhão e 300 mil euros. Mas não nos podemos esquecer que se veio mais dinheiro também veio mais trabalho, mais despesas, maior responsabilidade.

Têm por certo que a atração de pessoas e o rejuvenescimento da população poderá ser dado pela atração de população em idade ativa. Para isso é preciso criar empregos. Somente o incremento empresarial poderá ajudar a criar dinâmicas que revertam a desertificação. Para isso faz falta uma Zona Empresarial forte, apelativa, bem infraestruturada. Mas não se pode esperar por uma Zona Empresarial 5, 10, ou 15 anos. Repare-se que já em 2017 este mesmo Executivo apresentava o Plano de Urbanização para a Zona Industrial de Alvaredo como estando já em fase de conclusão. Hoje, volvidos 3 anos, a obra ainda nem sequer saiu do papel, prevendo-se fazer as escrituras de aquisição dos terrenos no próximo ano de 2021.

Uma obra que o deputado e restante bancada consideram como essencial, na vertente da oferta cultural e de lazer, a requalificação e apetrechamento da Casa da Cultura, continuará, infelizmente, à espera de melhores dias. Investiu-se em promover Melgaço como “um bom sítio para Viver”, asseverando que ia haver medidas de captação de novos residentes, que iria haver medidas para a promoção de nova habitação. Mas depois olha-se para o orçamento e o que se observa é: incentivos à natalidade – 35.000,00 €uros; apoios à creche – 16.000,00 €uros; apoios à habitação – 1.600,00 €uros; apoios à saúde – 1.000,00 €uros; apoios ao nível energético – 1.000,00 €uros. Todos os apoios acabados de elencar perfazem, uma vez somados, 54.600,00 €uros, verdadeiramente insignificante num orçamento de 25.000.000,00 €uros. Demasiadamente insignificante se estabelecermos um paralelismo com o que se prevê gastar, só em comunicação e imagem, quase 200.000,00 €uros (faltam apenas 1.000,00 €uros para completar este número redondo). Em comunicação e imagem gastar-se-á, aliás, mais do dobro do que se prevê gastar com o Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável.

Não há uma aposta efetiva em habitação, não há um apoio suficiente às Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou às Juntas de Freguesia, cujas transferências não crescem (ou se crescem é graças à transferência das



competências do governo central) e que são quem trabalha mais perto das populações, e quem melhor conhece as suas necessidades e os seus anseios.

O orçamento mostra, depois, um grave desequilíbrio, ao prever uma despesa corrente superior à despesa de capital, umbilicalmente ligada ao investimento.

Tem implícita, também, a confissão da incerteza na aprovação das candidaturas e não recebimento, por força disso, dos fundos comunitários previstos no Orçamento, o que, em última análise, significa não receber verbas previstas no orçamento e não executar as obras que com tais verbas estariam cabimentadas.

Concluiu salientando que num ano de 2021, que será seguramente difícil para muitas famílias, para muitas pessoas que vão perder empregos ou rendimento, este Executivo não abdica, mais uma vez, de ficar com cerca de 200 mil euros do IRS dos Melgacenses, quando tal valor lhes poderia ser devolvido e incrementar a economia local.

Em resposta ao deputado o Presidente da Câmara começou pela questão do orçamento para este ano dizendo que os números já foram realçados pelo deputado. Em 2016 tivemos uma realização de 82%; 2017 tivemos uma realização de 62%; em 2018 subimos para 75% e em 2019 para 80% de realização. A realização do orçamento não tem sido tão abaixo, está claramente no intervalo que consideramos aceitável, sem termos chegado aos 85% recomendados pela DEGAL. Este ano será claramente um ano mais difícil, explica-se por que o ano foi muito atípico e complexo. Houve matérias em que não foi possível avançar, como seria desejável, sobretudo uma série de empreitadas que não estão concluídas, mas que estão no terreno e que era desejável que estivessem encerradas, mas em muitos momentos estiveram paradas, porque as empresas não tinham capacidade de trabalhar. Tivemos muitos momentos ao longo do ano, com a obra parada pela incapacidade dos empreiteiros. Do ponto de vista dos pagamentos em atraso do valor e do número de dias de pagamentos em atraso, ainda recentemente houve informação que deturpou a realidade e lançou poeira, para cima da verdade. Os números do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, dizem-nos que em 2019 tivemos uma evolução positiva; mas uma evolução que não corresponde à realidade, dizendo que o prazo médio de pagamento são 96 dias. Isso não é verdade, a DGAL afirma que a média de pagamento em 2019 evoluiu para 65 dias.

Quanto à Zona Empresarial, já devia estar pronta, mas o tempo em que se fazem as coisas é o tempo que é possível fazê-las e não é por falta de diligência e capacidade de trabalho colocada nesta matéria. Na passada reunião de Câmara, fomos elogiados pelo vereador do PSD relativamente à velocidade com que estamos a fazer esta zona empresarial. Foi desenhada no tempo certo para podermos aproveitar o financiamento. O deputado referiu que ainda agora estão a ser feitas negociações com os proprietários. Já poderíamos ter isso sobre o terreno porque tomou-se posse dos terrenos e isso permite começar a obra a qualquer momento. Pretende-se que a negociação e as respetivas escrituras sejam feitas o mais depressa possível, porque consideramos que é importante e justo para os proprietários dos terrenos que isso aconteça rapidamente. Há condições para fazer a obra e avançar

rapidamente. Há financiamento garantido para a obra e no próximo ano, teremos condições para que algumas empresas, ainda com o andamento da infraestruturação na primeira fase, se comecem a colocar no terreno.

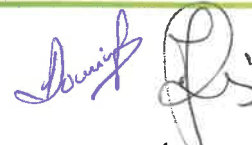
Relativamente às piscinas municipais, como já referimos estão para avançar de imediato, já temos propostas, que estão a ser analisadas, de empresas para realizarem as obras. Quanto à reestruturação da Casa da Cultura é uma grande ambição, mas temos que priorizar as coisas e não avançar tudo em simultâneo. Ao termos oportunidade será feita a intervenção no edifício da Casa da Cultura. Iremos também à requalificação e ampliação da antiga escola primária da vila, projeto arrojado que permitirá transferir o Arquivo Municipal, assim como a espólio de Jean Loup Passek para esse local. Está-se a fazer o que tem que ser feito.

Relativamente à comunicação é um tema complicadíssimo para a oposição como também para pessoas equidistantes nas redes sociais e já não dá importância aos comentários que lá são feitos, com a aprovação ou insinuação de que a comunicação que a Câmara contratou em 2015, faz parte de um estratagema maléfico, que ajuda a defender politicamente não sei quem, a esconder não sei que mais, etc. Do ponto de vista da comunicação, somos transparentes. Em 2015 perdemos uma pessoa que estava responsável por ela e achamos que a substituição deveria ser feita por uma equipa de comunicação e profissionalizada nesta matéria. Hoje temos comunicação qualificada, que outros municípios gostariam de ter. Sei que já houve municípios do Alto Minho, do PSD que quiseram contratualizar com o nosso gabinete de comunicação. Temos um contrato com essa empresa, de prestação de serviços mensais, e o mesmo custa menos ou a mesma despesa que deveríamos ter com um recurso humano. Na comunicação está o plano de meios para a Festa do Alvarinho, para a Festa do Espumante e a campanha “Viver em Melgaço”. Se juntarem tudo isto conseguem chegar aos resultados que aqui apresentam, mas é preciso ter noção que as coisas são feitas com transparência e de acordo com as necessidades do município.

Seguidamente pediu a palavra o deputado Maximiano Gonçalves, para referir que o Plano de Atividades e orçamento da Câmara tem sido sempre discutido com as juntas de freguesia, nomeadamente nos aspetos relativos a obras e transferências para as freguesias. É verdade que nunca os presidentes de junta ficam totalmente satisfeitos, já que ambicionam sempre mais para as suas populações, mas, também, conhecendo as limitações e sendo realistas têm compreendido as opções do executivo. Segundo o deputado, só este clima de diálogo, transparência, confiança e lealdade entre Câmara e Juntas de Freguesia, tem possibilitado a execução de imensas realizações que vêm desenvolvendo todo o concelho.

Referiu também, que quanto à população há 40 ou 50 anos, não tínhamos as condições que temos agora. As pessoas não vêm para cá morar se não tiverem onde fazer desporto, escolas, piscinas, uma escola superior, etc. Mas, para isso, é preciso ter dinheiro para pôr as coisas em condições.

O deputado José Albano voltou a intervir para dizer que a articulação entre o executivo camarário e as juntas de freguesia, naquilo que toca a orçamentos,



atividades e verbas a transferir, não é de há 3 anos, 4 ou 10 anos, sempre aconteceu. Disse ainda que os números da comunicação e imagem não são deles, estão espelhados no orçamento. Depois gostaria que o Presidente da Câmara fosse mais concreto pois pareceu-lhe demonstrar desgaste pela situação das redes sociais, onde alguém ou mais que alguém referiu, ou falou numa estratégia maléfica fazendo esta colagem à oposição, o que não fica bem. Concluiu afirmando que também não vai muito às redes sociais, é um campo que não o seduz, mas há que chamar os bois pelos nomes e gostaria que respondesse, a quem se está a referir.

Em resposta, o Presidente da Câmara, referiu que não disse que era o deputado que alimentava nas redes sociais esta matéria. Disse que há gente que gosta de se divertir com isto, falar da comunicação social como sendo qualquer coisa pouco transparente, manipuladora, que há aqui algum jogo de interesses. Não disse que foram os senhores deputados. A verdade é que o discurso alinha com o que diz. Esclareci o que é a componente da comunicação social na Câmara Municipal. Não acusou a oposição de estar a fazê-lo, apenas referiu que há alinhamento entre uma coisa e outra.

Seguidamente foi dada a palavra ao deputado José Albano Domingues que disse que não quer daqui a alguns meses estar a discutir isto na ata. Acrescentou que o Presidente disse “os senhores da oposição” divertem-se nas redes sociais. Não vamos depois na ata desta reunião discutir se disse que “há pessoas que” ou se são “os senhores da oposição”, e foi por isso que pedi para concretizar.

Em resposta o Presidente da Câmara disse que é claro que é a oposição, seja ela qual for, porque se fossem aliados da câmara não o fariam.

Usou novamente da palavra o deputado José Albano para dizer que não vamos discutir qual a oposição. eles sabem o que oposição significa, são pessoas que não concordam com estratégias do poder. Temos que ser todos claros, leais e não andar aqui a provocar.

O Presidente da Câmara pediu para intervir, dizendo que não queria ir muito atrás no tempo, mas que tivera oportunidade de ouvir o seu discurso de encerramento de campanha, do que toda a Assembleia certamente se lembrará, intervindo de seguida o deputado José Albano Domingues apenas parta o felicitar por o ter feito.

Não havendo pedidos de intervenção, a Presidente da Assembleia colocou este assunto a votação tendo a proposta sido aprovado por maioria, com 5 votos contra da Coligação P´ra Frente Melgaço. Os grupos parlamentares do Partido Socialista e da Coligação P´ra Frente Melgaço, ficaram de apresentar Declaração de Voto.

Dada a urgência da eficácia do assunto, a Presidente da Assembleia propôs a sua aprovação em minuta, tendo sido aprovada por unanimidade.

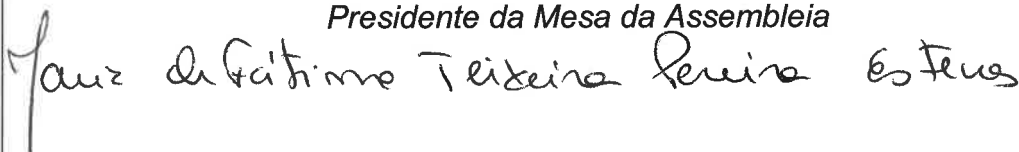
Assunto nº193 | Intervenção do Público;

Não houve intervenção do público neste ponto.

E, nada mais havendo a tratar, quando eram 13h30 minutos, foi a reunião encerrada pela senhora Presidente da Mesa, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que vai ser assinada pelos Membros da Mesa.

Maria de Fátima Teixeira Pereira

Presidente da Mesa da Assembleia



António Manuel Domingues

1º Secretário da Mesa da Assembleia



Carla Sofia de Sousa Regueira Domingues

2ºsecretária da Mesa da Assembleia





**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DA COLIGAÇÃO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "6." DA "ORDEM DO DIA" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 19/12/2020

("Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o ano de 2021")

Confessamos que este ano tínhamos, de facto, acumuladas expetativas acerca do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável que nos iria ser apresentado para 2021.

Tais expetativas foram criadas, precisamente, pelo Executivo camarário, por via da campanha "Viver em Melgaço".

Certamente que a ideia de tal campanha partiu da radiografia, muito real e atual, que vem reproduzida em introito à delimitação da área de Reabilitação Urbana (ARU) do Peso, onde se afirma que urge, com relação a Melgaço, reverter a contínua perda populacional, o ciclo de degradação do edificado, os problemas socioeconómicos, a falta de investimentos e de dinâmicas, atraindo população para o território e, se possível, rejuvenescendo-a.

Não nos podemos olvidar que somos, de facto, o concelho com a população mais envelhecida, o concelho que mais população perdeu no Alto Minho, quase o dobro da média da (dita) sub-região.

Esperávamos, pois, medidas de referência, verdadeiramente inovadoras, diferenciadoras, realmente impactantes, que captassem a atenção de todos os que eventualmente pudessem estar interessadas em escolher um outro território para viver que não aquele onde atualmente se encontrem.

Manifestamos, agora, a nossa profunda decepção com o que encontrámos no PDSS.

A verdade é que somos latinos, muito apegados às nossas origens e raízes, com tendência de concentração no litoral e nos grandes núcleos urbanos, pela proximidade dos centros de decisão, dos centros de empregabilidade, e da oferta de base educacional, letiva/formativa, e cultural.



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

A verdade é que ninguém virá para Melgaço unicamente embalado por uma melodiosa campanha publicitária, nem pelas mensagens criativas postas num qualquer placard ou *outdoor*.

Teremos que convir em que ninguém vai deixar o local onde atualmente vive a troco da isenção do valor do imposto municipal sobre imóveis (IMI), seja durante 3, 5 ou 10 anos, da isenção do imposto municipal sobre transmissões (IMT) na aquisição de casa para reconstruir, ou da isenção das taxas de edificação e urbanização. Tudo somado significará não mais do que 2, 3 ou 4.000,00 €uros.

Aliás, o que se prevê no PDSS, mesmo quanto à habitação, reproduz, em grande medida, isenções que já há longos anos se encontram previstas em lei nacional, concretamente no Estatuto dos Benefícios Fiscais, seja na vertente da habitação própria seja direcionadamente para o mercado do arrendamento.

Que não haja ilusões. Ninguém virá para Melgaço, certamente, à procura das esmolas deste Executivo.

Debruçando-nos agora, mais nuclearmente, sobre o documento em análise, começaremos por dizer que o Orçamento para o próximo ano prevê gastar, com o PDSS, 93.588,00 €uros. Estamos a falar de 0,37 % do total da despesa (completamente residual, sem dúvida).

As medidas para o PDSS de 2021 (fora a parte, já analisada, da habitação) são uma autêntica cópia das de anos anteriores. Tudo redundante em muito pouquinho. Trata-se, infelizmente, de mais uma oportunidade perdida, de uma oportunidade para se trabalhar em ordem a obter resultados de valor, de fazer bem, de fazer melhor.

Apesar da gritante necessidade de fixação da população, e da premência no seu rejuvenescimento, certo é que os apoios/incentivos à natalidade decresceram para menos de metade no período temporal que medeia entre 2008 e 2020.

Os apoios no domínio da saúde e ao arrendamento/habitação são perfeitamente insignificantes e residuais, quer em número quer no valor. E não admira que assim seja, por terem um tecto anual, máximo, de 300,00 €uros.



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

A atribuição de auxílios económicos decresceu mais de 65% entre os anos letivos de 2008/2009 e 2019/2020.

O apoio aos casais jovens teve, em 2020, uma única candidatura, registando zero (candidaturas) nos 9 anos anteriores.

Durante todo o ano de 2020 não houve uma única candidatura ao “Melgaço Finicia”, o que diz bem (contrariando o que temos ouvido apregoar), da falta de empreendedorismo e de dinâmica empresarial.

Estes números, estes dados, demonstram, a nosso ver, à sociedade, a falência total das políticas prosseguidas pelos sucessivos Executivos PS.

Mais incompreensível se mostram estes decréscimos (de apoios ou incentivos) quando certo é que, ao invés, as liquidações e receitas do IMI aumentaram, entre 2008 e 2020, mais de 116%, e as do IRS mais de 58%. Significa isto que temos cada vez menos pessoas no território mas a pagar cada vez mais impostos.

De nada vale majorar em 30% a tributação em sede de IMI, para os prédios degradados, como pressão para que os proprietários os reabilitem, quando certo é que o número de imóveis nessa situação vem crescendo todos os anos. Tal medida poder-se-á assumir até, a nosso ver, como contraproducente, porquanto mais descapitaliza e desmotiva os proprietários.

Persiste-se em manter a participação do Município no IRS pago pelos residentes na taxa (máxima) de 5%. Abdicar, no todo ou em parte, desta taxa poderia significar meter no bolso dos residentes 200 a 250 mil euros, que poderiam ser gastos e gerar riqueza, mormente em prol do comércio local. Poderia ser esta, de facto, uma medida com efeitos impactantes e imediatos na atração de população ao concelho, uma medida que tem sido seguida por muitos outros municípios, mesmo no Alto Minho, e com resultados bem visíveis.

É, por outro lado, preocupante, particularmente para um concelho que se vinha “gabando” de não ter desemprego, ou de valores da taxa de desemprego próximos do zero, verificar que de 2019 para 2020 a taxa de desemprego, no chamado desemprego de longa duração (desempregados inscritos no Centro de Emprego há mais de 1 ano), aumentou para os 34%.



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

A verdade é que o PDSS diagnostica a necessidade urgente de atrair população para o concelho mas nada de realmente efetivo e diferenciador faz para que tal aconteça.

E para colmatar as falhas que apontámos, e a falta de medidas verdadeiramente impactantes, até na área da habitação, visualizámos no PDSS a reprodução de um rol de medidas que são de âmbito nacional, o que se não compreende num documento com esta natureza (de contexto local ou concelhio).

É, pelo exposto, o nosso expreso sentido de voto (abstenção).

Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.



**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

DECLARAÇÃO DE VOTO DOS ELEITOS DA COLIGAÇÃO PPD/PSD RELATIVAMENTE AO SENTIDO DE VOTO EXPRESSO QUANTO AO ASSUNTO Nº "10." DA "ORDEM DO DIA" DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO DE 19/12/2020

("Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2021-2025")

Apresentou desta feita o Executivo PS aquele que apelida de maior orçamento de sempre.

E apresenta-o como o maior de sempre para inundar as redes sociais, e certos meios de comunicação social, com notícias bombásticas, que repercutam a mensagem do senhor Presidente, em ano de eleições, a vangloriar-se, por esse mundo fora, dos seus feitos únicos!

Mas para os Melgacenses pouco sobra, porque tudo não passa de mais um "golpe publicitário".

Mais um ano passa e não será certamente com este orçamento que a vida dos residentes melhorará. Podemos até dizer que pouco ou nenhum impacto terá na sua vida.

Estas Grandes Opções do Plano e Orçamentos têm sido de continuidade. De continuidade sim, porque pouco ou nada mudam, ano após ano. Copiam-se as mesmas receitas, já esgotadas, falíveis.

De um Executivo esperam-se sinais de esperança, uma marca de criatividade, um esforço para colocar o nosso concelho numa posição confortável em termos de desenvolvimento, em contrariar as estatísticas, que retratam uma degradação contínua e uma impiedosa descrença.

Diz-se que o orçamento cresce para 25 milhões de euros, e quem olhe, de forma crua, para o número pode ser enganado. Pode achar que haverá grandes medidas, grandes investimentos, grandes apostas por parte de quem nos governa. Nada de mais enganador.

O Executivo PS não gosta de nos ouvir catalogar os orçamentos que apresenta como sendo (ao menos parcialmente) virtuais, mas a verdade é que os números não enganam.

Repare-se que se apresenta um orçamento com 11 milhões de euros do lado da despesa de capital (investimento), quando, ainda com relação ao corrente ano de 2020, reportadamente ao dia 10 de dezembro



**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

(de 2020), a execução se queda em 3 milhões e 300 mil euros (num universo de quase 10 milhões), ou seja, pouco mais de 37% do que estava previsto!.

E também do lado da receita os números não mentem.

Relembrem-se, a este propósito, a necessidade de rigor, e os critérios e orientações emanados da Direção Geral das Autarquias Locais (DGAL), no sentido de que não pode haver 3 exercícios consecutivos em que a realização orçamental da receita fique aquém dos 85%.

Pois a verdade é que, e apenas pegando nos números dos 4 últimos anos, temos que em 2017 essa realização foi de 61,9%, em 2018 de 74,95%, em 2019 de 80,28%, e em 2020, até 10 de dezembro, de 58,16%;

O que tudo nos leva a concluir que as regras ou critérios da DGAL são, sucessivamente, violados, esperando nós que sem consequências de maior para o Município.

Se o orçamento cresce cresce porque se aceitaram mais competências, que se encontravam encabeçadas pelo governo central, que se fizeram acompanhar de um envelope financeiro – cerca de 1 milhão e 300 mil euros;

Mas não nos podemos esquecer que se veio mais dinheiro também veio mais trabalho, mais despesa, maiores responsabilidades.

Temos por certo que a atração de pessoas e o rejuvenescimento da população, que não pode prescindir de quem está na idade ativa, apenas se conseguirá criando postos de trabalho, aumentando o emprego.

Somente o incremento empresarial poderá ajudar a criar dinâmicas que revertam a desertificação.

Para isso faz falta uma Zona Empresarial forte, apelativa, bem infraestruturada, mas que não demore 5, 10, 15 anos, a ser construída.

Repare-se que já em 2017 este mesmo Executivo apresentava o Plano de Urbanização para a Zona Empresarial de Alvaredo como estando já em fase de conclusão. Hoje, volvidos que são 3 anos, a obra ainda



**Grupo Parlamentar
Coligação Prá Frente
Melgaço**

nem sequer saiu do papel, apenas se prevendo fazer as escrituras de aquisição dos terrenos neste próximo ano de 2021.

Zona Industrial essa, diga-se, que da forma como está inscrita nas Grandes Opções do Plano apenas se prevê estar terminada em 2025.

De outra banda, uma obra que reputamos como essencial, na vertente da oferta cultural e de lazer, a requalificação e apetrechamento da Casa da Cultura, continuará, infelizmente, à espera de melhores dias.

E as incongruências e contradições continuam:

Investiu-se em promover Melgaço como “um bom sítio para Viver”, asseverando que ia haver medidas de captação de novos residentes, que iria haver medidas (fortes) para a promoção de nova habitação. Mas depois olha-se para o orçamento e o que temos a condizer? Temos:

- Incentivos à natalidade – 35.000,00 €uros;
- Apoios à creche – 16.000,00 €uros;
- Apoios à habitação – 1.600,00 €uros;
- Apoios à saúde – 1.000,00 €uros;
- Apoios ao nível energético – 1.000,00 €uros,

Tudo somando, apenas, 54.600,00 €uros, um número exíguo, verdadeiramente insignificante num orçamento de 25 milhões de euros.

Demasiadamente insignificante se se estabelecer um paralelismo com o que se prevê gastar, por exemplo, em comunicação e imagem (a imagem de marca deste governo), e que são quase 200.000,00 €uros.

Em comunicação e imagem gastar-se-á, diga-se também, mais do dobro do que se prevê gastar com todo o Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável.

São estas as prioridades do Executivo PS.



Grupo Parlamentar Coligação Prá Frente Melgaço

Não há uma aposta efetiva em habitação, não há um apoio suficiente às Instituições Particulares de Solidariedade Social, ou às Juntas de Freguesia, cujas transferências não crescem (ou se crescem é graças à transferência das competências do governo central) e que são quem trabalha mais próximo das populações, e quem melhor conhece as suas necessidades e os seus anseios.

À semelhança de anos anteriores este orçamento mostra, depois, um desequilíbrio que temos por grave, ao prever uma despesa corrente superior à despesa de capital, esta umbilicalmente ligada ao investimento.

Tem este orçamento implícita, também, a confissão da incerteza na aprovação das candidaturas e do não recebimento, como consequência, dos fundos comunitários previstos no orçamento. Tal significará, em última análise, não receber as verbas previstas no orçamento e não executar as obras que com tais verbas estariam cabimentadas.

Dizer, finalmente, que num ano de 2021 que será, seguramente, difícil para muitas famílias, para muitas pessoas que vão perder empregos ou rendimentos, este Executivo não abdica, mais uma vez, de ficar com os 200 a 250 mil euros do IRS dos Melgacenses, quando tal valor lhes poderia ser devolvido e servir de fermento para o incremento da economia local.

É, pelo exposto, o nosso expresso sentido de voto (contra).

Os eleitos do PPD/PSD no Grupo Municipal da Coligação “Prá Frente Melgaço”.



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

**Assunto n.º 6 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2020:
“Análise e deliberação do Plano de Desenvolvimento Solidário e Sustentável para o
ano de 2021”**

O Plano de Desenvolvimento Sustentável e Solidário de Melgaço (PDSS) foi aprovado pelos órgãos locais competentes em 2008 e, desde essa data, tem vindo a ser objeto de atualização e revisão permanente, ajustando-se anualmente à evolução da realidade económica e das necessidades sociais locais.

A proposta de revisão do PDSS para vigorar em 2021 merece um duplo elogio.

Em primeiro lugar quanto à forma, ao condensar os dados relativos aos parâmetros de análise desde a sua instituição em 2008 até à presente data, através de cuja leitura é possível extrair com clareza a natureza e evolução do volume de apoios sociais prestados pelo Município ao longo do tempo.

Depois, quanto ao conteúdo material, na medida em que ao proporcionar o acesso dos melgacenses à satisfação das necessidades básicas, como a alimentação, a saúde, a educação e o acesso ao desporto e cultura, promovendo a fixação de investimento e conseqüente criação de emprego, o Município garante o desenvolvimento sustentável, reduzindo a vulnerabilidade e aumentando a resistência das pessoas aos riscos.

Com efeito, as medidas previstas no DPSS em matéria de incentivo à natalidade / adoção, aos apoios à primeira infância, no domínio da saúde e dos medicamentos, e bem assim os diversos auxílios económicos às famílias mais carenciadas, demonstram uma preocupação social do Município para com aqueles que mais precisam, tornando o nosso território mais solidário e inclusivo.

A defesa da dignidade humana deve ser a bússola que deve sempre nortear o sentido da política social. Este é um valor fundamental de qualquer sociedade democrática. O PDSS deve ser, por isso, essencialmente um instrumento de justiça social, promovendo a distribuição equitativa das dificuldades, sem descurar o aumento da capacidade produtiva da comunidade.

De acordo com os dados fornecidos pelo INE, em 2050 cerca de 80% da população portuguesa estará envelhecida e dependente, situando-se a idade média perto dos 50 anos. Ao longo dos



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

anos tem-se verificado um decréscimo da taxa de natalidade e o aumento da esperança média de vida. Melgaço, como os demais municípios do interior, não é exceção.

É, pois, neste quadro que se torna imperativo desenvolver ações que promovam condições para que as pessoas possam envelhecer com qualidade, inculcando estilos de vida saudável, uma participação ativa enquanto cidadão, criando uma rede voluntária de suporte e combate ao isolamento.

O PDSS de Melgaço para 2021 demonstra ser um instrumento robusto e eficaz, que vai de encontro a este desiderato, ao estabelecer um conjunto de medidas que promovem a natalidade e procura inculcar um estilo de vida saudável, incentivando a formação e o apoio ao investimento local.

Mas é ao nível da promoção das políticas de incentivo económico à fixação da população e de combate à desertificação que o PDSS inova, ao propor o alargamento de um conjunto de estímulos fiscais em matéria de incentivo ao mercado da habitação, acrescentando benefícios fiscais adicionais aos da lei geral e criando outras medidas de estímulo fiscal (positivo e negativo) que se destinam a promover a regeneração do tecido urbano e o reforço da oferta do mercado habitacional, seja para arrendamento ou para habitação própria e permanente.

A este propósito, são de destacar as medidas propostas para apoio ao arrendamento e crédito à habitação dos agregados familiares mais carenciados, o apoio aos jovens, e as medidas destinadas ao fomento do mercado do arrendamento, através do incentivo à reabilitação e à construção de edifícios multifamiliares, de que o nosso concelho tanto carece.

Sabemos que as autarquias locais não podem nem devem substituir-se à iniciativa privada, devendo, porém, gerar os estímulos necessários para a promoção da diminuição das desigualdades sociais e para a melhoria das condições de vida dos seus municípios.

O PDSS ora proposto cumpre integralmente essa função. Daí a justificação para o voto favorável do Grupo Municipal do Partido Socialista na Assembleia Municipal.

Melgaço, 19 de Dezembro de 2020



Grupo Municipal do Partido Socialista



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

DECLARAÇÃO DE VOTO

Nos termos do artigo 27.º do Regimento da Assembleia Municipal de Melgaço

Assunto n.º 10 da Ordem do Dia da Assembleia Municipal de 19 de Dezembro de 2020: “Análise e deliberação das Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal para 2021 - 2025”

As Grandes Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal de Melgaço para 2021 dão continuidade ao planeamento estratégico definido, a devido tempo, para o presente mandato, tendo como base a confiança na consolidação da recuperação económica do País, mas tendo também plena consciência que, devido ao impacto da pandemia, esta recuperação apenas permitirá a retoma em 2022.

As linhas gerais do documento, apresentado pelo Executivo, permite perceber que, em 2021, se continuará a trabalhar em prol de um território mais competitivo e mais atrativo para todos quantos nele queiram viver, investir, trabalhar e visitar. Continuará a existir uma aposta num conjunto de iniciativas assentes na estratégia de desenvolvimento sustentável do concelho e da melhoria da qualidade de vida para quem nele habita.

Salienta-se, também, que, tal como vem acontecendo nos anos anteriores, a gestão orçamental continuará a pautar-se por elevados níveis de rigor, transparência e exigência, essenciais ao cumprimento das metas que inicialmente foram propostas.

Analisando, detalhadamente as Grandes Opções do Plano e Orçamento Municipal a bancada do Partido Socialista é de opinião que, as mesmas, refletem uma constante preocupação com o desenvolvimento integrado de Melgaço e com o bem estar das famílias.

De facto, trata-se de um Plano que abrange as mais diversas áreas do desenvolvimento e da economia concelhia, indo desde o planeamento e ordenamento do território até ao desenvolvimento económico, passando pela cultura, pela educação/formação, pelo desporto, pela modernização administrativa e novas tecnologias e abrangendo, também, áreas tão importantes como o abastecimento de água, o saneamento básico e a melhoria



**GRUPO MUNICIPAL DO PARTIDO SOCIALISTA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MELGAÇO**

da rede viária, sempre sem esquecer a política social, uma das grandes prioridades da autarquia.

A Bancada do Partido Socialista não pode também, com sentido orgulho, deixar de referir o reforço de verbas para as Freguesias, o que demonstra a intenção do Executivo em continuar a trabalhar em estreita parceria com as Juntas de Freguesia, trabalho esse que, ao longo dos anos de gestão socialista, tem dado frutos em prol do território e da população do concelho.

Por tudo o afirmado anteriormente, e dado que só a falta de bom senso ou então a ignorância política em relação aos anseios e prioridades da população poderiam justificar outro sentido de voto, **o Grupo Parlamentar do Partido Socialista vota favoravelmente os documentos apresentados.**

Melgaço, 20 de Dezembro de 2020

Grupo Municipal do Partido Socialista